

Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal

“Direitos Autorais

Autores que desejam publicar nesta revista devem concordar com os seguintes termos:

- Autores mantêm os direitos autorais e concedem à Revista Com Censo o direito de primeira publicação.
- Os manuscritos publicados neste periódico são licenciados em conformidade com a Licença Creative Commons Atribuição Não-Comercial (CC BY-NC). Esta licença permite o compartilhamento do trabalho com o devido reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista; ...”. Fonte: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/normas>. Acesso em: 30 jun. 2020.

REFERÊNCIA

DAMASCO, Denise Gisele de Britto; WELLER, Wivian. Centros Interescolares de Línguas no Distrito Federal: uma experiência singular no Brasil. **Revista Com Censo:** Estudos Educacionais do Distrito Federal, Brasília, v. 4, n. 2, p. 43-53, maio 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/239>. Acesso em: 30 jun. 2020.

■ ARTIGOS

■ Centros Interescolares de Línguas no Distrito Federal: Uma experiência singular no Brasil

 Denise Gisele de Britto Damasco*
Wivian Weller**

Resumo: Este artigo apresenta os Centros Interescolares de Línguas no Distrito Federal como uma experiência singular no país, a partir dos resultados de uma investigação doutoral¹ sobre o ensino de línguas no DF, no âmbito da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Mostra-se, também, a relevância no estudo de idiomas dentro de uma perspectiva de ampliação da escolarização e de busca por outras culturas. Discute-se os embates relativos a essas instituições escolares e os movimentos ocorridos durante a história dos CILs. Propõe-se uma periodização sobre o ensino de línguas no DF, destacando dois períodos, compreendidos entre os anos de 1974-1998 e 1999-2012. Este artigo traz pistas para novas pesquisas em CILs e sobre CILs, bem como a necessidade de se investigar a história recente dessas instituições, entre 2013 e 2017.

Palavras-chave: Centro Interescolar de Línguas. Ensino de línguas estrangeiras. História do ensino de línguas. Juventude e educação

* Denise Gisele de Britto Damasco possui graduação em Letras (Licenciaturas em Línguas e Literaturas portuguesa e francesa) pela Universidade de Brasília (1986), mestrado e doutorado em Educação pela Universidade de Brasília (2008 e 2014). Professora aposentada da Secretaria de Estado de Educação. E-mail: denise.damasco@gmail.com

** Wivian Weller é graduada em Ciências da Educação (Hauptfach) com formação complementar em Sociologia e Psicologia (Nebenfächer); especialista em Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais, mestre em Ciências da Educação e doutora em Sociologia pela Freie Universität Berlin, Alemanha (revalidado pela Unicamp). Professora associada do Departamento de Teoria e Fundamentos e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília.

Introdução

No Distrito Federal, aprende-se línguas estrangeiras durante a Educação Básica de maneira institucionalizada na escola regular, em centros públicos de línguas e por meio de parcerias entre as escolas regulares e instituições privadas ou associações de culturas internacionais. Na capital federal há estratégias, políticas e programas em favor do ensino de língua estrangeira (LE) na rede pública de ensino desde a década de 1960, o que significa reconhecer a relevância dos processos de escolarização em línguas estrangeiras em ambientes específicos para o mesmo: Os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal (DF)².

O ensino de língua estrangeira em ambientes específicos envolve anualmente milhares de jovens do sistema público e privado de ensino do Distrito Federal, que estudam em centros públicos de idiomas, em associações de cultura e centros binacionais, em cooperativa de idiomas e em escolas privadas específicas de idiomas, escolas chamadas de cursos livres. A legislação estabeleceu o termo “cursos livres de idiomas” ao se referir a toda instituição que ministra curso de idiomas que não seja escola pública³.

Ao tratarmos de língua estrangeira, compreendemos a mesma como idioma (enquanto sistema) e como conjunto de valores (cultura) do outro. Para nos comunicarmos na língua do outro e para compreendê-la em sua plenitude, não basta aprender o idioma, ou apenas a gramática de uma língua. É preciso entender o modo de pensar do outro, extrapolando as barreiras linguísticas colocadas, inclusive pela nossa língua materna.

Com o estudo de uma LE, partimos em direção ao outro, proveniente de uma cultura diferente da nossa. Isto oportuniza refletir sobre nossos valores, cultura e modo de ser. Coracini (2013) afirma que essa ação “depende prioritariamente, do sujeito que se dispõe a acolher o outro, que se deixa transformar, não passivamente, mas de modo ativo, reflexivo, questionador” (p.159). Quando nos propomos a entender, falar, compreender e produzir na língua do outro, podemos refletir também sobre a nossa própria língua, nosso modo de ser, de agir e interagir, trazendo à tona nossa própria língua materna.

O acesso ao ensino de línguas em escolas específicas de línguas estrangeiras propicia um alargamento do tempo de estudo de LE, oportunizando momentos para falar, para compreender e para produzir em uma língua estrangeira. Esse acesso pode ser uma ocasião para que o jovem reveja sua identidade diante deste novo universo linguístico e sociocultural. Para Dahlet (2004), “a relação entre línguas e identidade é de mão dupla”⁴ (p.16), na medida em que é relevante compreender

o espaço da aprendizagem linguística como um espaço de composição identitária e examinar a maneira pela qual a ideia de uma identidade aberta e centrada podem orientar as escolas de formação em línguas e se incarnar na subjetividade daqueles que as ensinam e as aprendem” (DAHLET, 2004, p.12 – tradução nossa).

Pesquisar experiências singulares de ensino de línguas, por exemplo, mostra-se oportuno também, na medida em que há poucas investigações que relacionam as categorias língua estrangeira e juventude⁵. Compreendemos que a interseção juventude e língua estrangeira é um campo de investigação a ser amplamente explorado. Sem o intuito de se propor “um discurso interminável de autorreferência” (FLICK, 2009, p. 377), cabe salientar que esse artigo reflete sobre o percurso profissional e pessoal da pesquisadora⁶ sob orientação em pesquisa doutoral⁷.

Um pouco da história e dos embates em torno dos CILs

Na tentativa de compreendermos a experiência didática singular no DF que são os CILs, somos levados à política de ensino de línguas no DF, que se iniciou antes mesmo da inauguração da Nova Capital, em 1959. Nesse ano, o Presidente da República Juscelino Kubitschek e o Ministro francês André Malraux lançam a pedra fundamental da futura sede da *Maison de France* no Distrito Federal. Em 1963, inaugura-se a instituição francesa, que inicialmente ministra aulas em salas da rede pública de ensino. O estudo de línguas nessa década acontece em algumas escolas regulares da SEEDF, tendo inclusive uma coordenação central de inglês e de francês.

Dentro de um contexto brasileiro, entendemos que a história do ensino de línguas no Distrito Federal é singular na medida em que se desvela também uma parte das políticas públicas educacionais implícitas ou explícitas dessa região, que podem ter servido de modelo para outras experiências educacionais em ensino de línguas em outras regiões. Se, nos anos 1961 a 1976, a língua estrangeira ficou a cargo dos sistemas estaduais de ensino em nível nacional, sendo a mesma condicionada ao estabelecimento de ensino, o DF seguiu caminho oposto, criando o primeiro CIL de Brasília, oficialmente em 1975, dentro do sistema de tributabilidade, integrado ao sistema escolar da educação básica. Outros CILs foram criados até 1998, em movimento contrário ao que ocorria no país. No estado de São Paulo, por exemplo, nas décadas de 1980 e 1990, é retirado o status de disciplina da LE, transformando-a em atividades nos centros educacionais desse estado, não atreladas ao currículo da educação básica. Inúmeras associações de professores de línguas se organizam neste período⁸ em defesa do estudo de Línguas Estrangeiras Modernas

– LEM. Por detrás do ideário de “empregabilidade” e “competências”, segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2010), surgiram iniciativas de projetos fragmentados e aligeirados em diversas direções, “associados aos princípios de flexibilidade dos currículos e da própria formação” (p. 38). Assim, os oito CILs que surgem no DF entre 1974-1998 afirmam-se como instituições de qualidade de ensino, apesar de inúmeras iniciativas de enfraquecimento dessa rede de ensino ao longo desse período de tempo.

Pequeno grupo de pesquisadores têm se debruçado sobre a história do ensino no DF e do ensino de línguas da região. Para Ciavatta (2010), “a memória do trabalho e da educação é um tema pouco explorado” (p. 15). Chianca (2007) analisa o ensino de francês, entre 1979 a 1981, afirmando ter teorizado sobre “uma experiência embrionária realizada no Brasil”⁹, no ensino público sobre o tema interculturalidade. Damasco (2014) amplia o olhar para todos os idiomas, não apenas para o francês, e propõe uma periodização inédita para o ensino de línguas no DF, a partir de acontecimentos político-culturais que trazem os embates e tensões da história educacional do DF¹⁰ e também, as tensões para criação do primeiro CIL.

A história do ensino de línguas pode ser compreendida, baseando-se em interpretações próprias e no posicionamento de docentes e estudantes sobre o ensino e aprendizagem de LE, em três períodos: a) primeiro período: 1959 a 1973¹¹; b) segundo período: os anos de 1974 a 1998; e c) o terceiro período abarca os anos 1999 até 2012, considerando um dos marcos desse período, o Decreto nº 33.409/2011 de reestruturação administrativa da Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF), que previu um Núcleo para Centros Interescolares de Línguas - NCIL, na Gerência de Escolas Especiais – GENESP¹². Esta Gerência de Escolas de Natureza Especiais ocupa-se, além do NCIL das Escolas-Parques, da Escola da Natureza e da Escola do Parque da Cidade – Proem¹³.

Acreditamos que a partir de 2012 inicia-se um quarto período dessa história, ainda por ser analisado e contado em suas tensões e embates. Observamos que em 2017 a política de ensino de línguas no DF compõe-se de uma rede de 15 CILs inaugurados nesse período, mas ainda com um número reduzido de estudantes e docentes em cooperação técnica com uma associação de cultura franco-brasileira, atendendo as séries finais do ensino fundamental, do ensino médio, profissional e de EJA¹⁴.

Vivenciamos, ao longo da história dessas instituições escolares, muitas lutas e esforços para a consolidação dessa rede escolar. Há limites relacionados ao custo do estudante em escolas específicas de LE, custos relacionados ao deslocamento e transporte escolar

dos discentes, aquisição de material escolar específico, equipamentos de áudio para as instituições em que se ministram as aulas de língua estrangeira e número maior de professores alocados para esse ensino, tendo em vista que o quantitativo de estudantes/turma é inferior se comparado ao de estudantes/turma no ensino regular¹⁵. Há custos também referentes ao tempo dispensado ao estudo de língua estrangeira em contraponto, que para o jovem do ensino médio, por exemplo, pode significar a não realização de estágios remunerados. Para além de tais questões, a partir de 2017, há o debate quanto ao novo currículo de Ensino Médio, cuja matriz apresenta um idioma obrigatório, em contraposição ao plurilinguismo presente em CILs no DF.

De 1974-1998: primeiros Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal

A partir da periodização proposta por Damasco (2014), o segundo período da história do ensino de línguas no DF compreendeu os anos 1974 até 1998, que é marcado pela criação dos Centros de Línguas no DF. No ano de 1974, surge a organização do primeiro CIL nos espaços da Escola Normal de Brasília (DAMASCO, 2014), sendo o mesmo inaugurado oficialmente em 1975, de acordo com um processo de nº 31.088 deste ano, junto à Fundação Educacional do Distrito Federal – FEDF, cujo processo de aprovação ocorreu um ano depois, em 02 de setembro de 1975, data em que se comemora a cada ano o aniversário desta escola.

A fundamentação legal de criação dos CILs e os principais documentos organizando e estruturando essas escolas datam de 1974 a 1998, com a criação do último CIL do DF, o CIL de Brazlândia. De acordo com o documento oficial intitulado Orientação Pedagógica para Centros Interescolares de Línguas (1994), os CILs surgem devido: i) à necessidade de melhorar a qualidade do ensino de línguas estrangeiras, no que se refere ao número de estudantes por sala de aula em escolas regulares; e ii) à heterogeneidade de níveis de conhecimento em língua estrangeira em uma mesma sala de aula, em escolas regulares.

O contexto político-social do Brasil de 1974 até 1985 ainda é de um regime autoritário, época na qual a participação dos cidadãos na política era fortemente desencorajada¹⁶. Entretanto, outros movimentos em relação ao ensino de línguas ocorreram neste período no DF. Em 1976, de acordo com Chianca (2007), havia cinco escolas públicas com o ensino de francês: “O CIL de Brasília com três professoras, três escolas da Asa Norte: C.A.N.¹⁷, o Centro de Educação Fundamental GAN¹⁸ e o Centro Educacional GISNO. No Guará, havia uma escola com um professor de francês” (CHIANCA, 2007, p. 137). Em 1975, o acordo assinado entre a Aliança

Francesa (AF) de Brasília e a SEEDF se expande, oferecendo 260 bolsas de estudo de francês, tendo sido enviados quatro docentes da AF para Taguatinga para trabalharem no Centro de Ensino 02 de Taguatinga – Centro, com tais estudantes. Em relação à língua inglesa, ainda no final desta década, foi inaugurada a Cultura Inglesa¹⁹ em Brasília²⁰.

O CIL de Brasília foi vinculado ao Departamento de Ensino de 2o Grau, da Diretoria Geral de Pedagogia da FEDF, com oito empregos aprovados, sendo os oito autorizados como empregos em comissão, a saber: um diretor, um vice-diretor, dois assistentes, um chefe de secretaria, um secretário auxiliar, um chefe de setor de audiovisual e um chefe de setor de zeladoria. Apesar de ter o nome “Centro de Línguas”, o mesmo foi alterado para Centro Interescolar de Línguas, em 1977. Este estabelecimento de ensino iniciou suas atividades em dependências do Centro de Ensino Médio Elefante Branco. O plano de funcionamento desse CIL é datado de 1976. Entretanto seu reconhecimento ocorreu apenas em 07 de julho de 1980 com a portaria n. 17/80 SEEDF. Em 1980, o CIL de Brasília passa a integrar as escolas do Complexo A, na região administrativa de Brasília.

Em 1987, uma recomendação do Conselho Federal de Educação fortalece este tipo de escola. Duas Orientações Pedagógicas foram lançadas, em 1989 e em 1994, visando definir este tipo de instituição escolar, bem como de regularizar seu funcionamento.

Sete Centros Interescolares de Línguas surgiram tendo o primeiro CIL de Brasília como modelo de estruturação. Dez anos após o início das atividades do CIL de Brasília, em 1994, surge o CIL de Sobradinho, criado em 13/09/94 com a portaria de n. 86/94 SEEDF, ano em que publicou a Orientação Pedagógica n. 03 que organizava e regularizava o funcionamento dos CILs no DF. Um ano mais tarde, em 1995, dois CILs foram criados: o CIL de Taguatinga - CILT e o CIL do Guará - CILG. O CIL de Taguatinga foi criado em 13 de maio de 1995, sendo regularizado com a portaria de número 69/95 da SEEDF. Em 2014, inaugura-se o novo prédio do CIL de Taguatinga, construído com uma arquitetura específica para o funcionamento deste tipo de escola. Ainda em 1995, CIL do Guará foi criado, mais precisamente em 12 de dezembro de 1995, por meio da resolução n. 5.302/95 CEDF²¹.

Em 10 de maio de 1996 é criado o CIL do Gama, através da resolução n. 5.473/96 do CEDF. Segundo a Proposta Pedagógica desse CIL, no histórico dessa instituição, assume-se que o mesmo foi criado “com a intenção de oferecer o estudo de inglês àqueles alunos que não podem pagar por esse serviço” (PPP, 2010, p. 6). De acordo com o histórico contido na Proposta Político-Pedagógica (PPP) do CIL do Gama, este CIL funcionou por vários anos, mais precisamente de 1987

até 1998, nas dependências de um Centro de Ensino Médio do Gama. Assim, havia uma dependência do CIL em relação a essa escola, que “variava desde telefone às salas de aula, o que dificultou bastante o desenvolvimento de um trabalho mais amplo” (PPP, 2010, p. 6). Em 1998, o CIL do Gama foi transferido para as instalações da Escola Normal do Gama, e lá permaneceu até o ano de 2002. Criticou-se essa mudança, tendo em vista que a mesma “ocorreu sem que nenhuma reparação das instalações daquele prédio tivesse sido realizada” (PPP, 2010, p. 6).

O CIL 02 de Brasília tem uma história peculiar dentre as demais histórias de CILs. Este CIL foi intitulado “Setorial de Línguas”, como um anexo ao Centro de Ensino Médio Setor Leste, desde 1988. Tornou-se o CIL 02 em 20/11/1998 com a resolução n. 6.413/98 - CEDF, como forma de obtenção de autonomia político-administrativa e de um quadro administrativo próprio²².

No mesmo ano, o último CIL a ser criado foi o CIL de Brazlândia, em 03/12/1998, por meio da resolução n. 6.421/98 – CEDF, de 15 de dezembro de 1998. De acordo com os dados históricos desta instituição, constantes em sua Proposta Pedagógica de 2010 e de 2011, esta instituição foi inaugurada no ano de 1997, como projeto idealizado pela Diretoria Regional de Ensino desta cidade. Nessa época, atendia estudantes em regime de complementaridade, sendo que, posteriormente, houve também vagas para a rede pública de ensino em geral e para a comunidade. O quadro de servidores da SEEDF e o espaço físico eram bastante reduzidos, segundo relatos, pois havia três professores para toda a instituição e também para a regência de aulas. Esse CIL localizava-se em um pequeno espaço cedido por outra escola, um Centro Integrado de Atendimento à Criança - CAIC. Em 1997, o CIL de Brazlândia oferecia somente a língua inglesa a seus estudantes, sendo que, em 1999 passou também a contar com professores de língua espanhola em sua grade horária, aumentando a oferta de idiomas para a comunidade escolar.

Observamos a existência do termo “Centro de Línguas” na legislação dos CILs e, posteriormente, o acréscimo do adjetivo “interescolar” no documento de criação do primeiro CIL do DF. Na literatura da didática do ensino de línguas, encontra-se o termo “interescolar” na obra de Carneiro Leão (1955), ao tratar do tema sobre os clubes de conversação e correspondência interescolar (p. 315)²³. No contexto do DF, acredita-se que a explicitação advinda do termo “interescolar” ocorreu para que ficasse evidente que na organização do sistema de ensino público do DF este Centro de Línguas deveria atender obrigatoriamente escolas determinadas, segundo decisão central da SEEDF. Tais escolas foram chamadas de “tributárias” deste Centro Interescolar de Línguas²⁴. A definição de escola tributária, de acordo

com a Orientação Pedagógica n. 03/1989 para CIL e Setorial de Línguas é a de unidade escolar atrelada a um Centro Interescolar de Línguas ou a um Setorial de Línguas. Esta característica ratifica o termo cunhado doze anos antes: “interescolar”, pois um CIL faria a interligação entre escolas regulares.

As experiências pedagógicas relacionadas ao ensino de línguas no DF podem ter gerado reflexos em outros estados. Há experiências pedagógicas de ensino de LE em ambientes específicos também no Paraná. De acordo com a Resolução nº 3.904/08 da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, regulamentou-se os Centros de Estudos de Língua Estrangeira Moderna – CELEM, neste Estado²⁵.

O estado de São Paulo, em 1987²⁶, por meio de sua Secretaria da Educação, constituiu uma Comissão para a implantação das disciplinas de Língua Espanhola e de História da América Latina no quadro curricular das escolas estaduais: foram criados os Centros de Estudos de Línguas – CELs²⁷. Esta experiência educacional paulista é posterior à criação dos CILs na década de 1970-1980. Entretanto, observa-se que há semelhanças entre as mesmas. A Prefeitura de São Paulo criou o Centro Educacional Unificado (CEU) como um complexo esportivo, cultural e educacional, “caracterizado como um espaço público múltiplo” de acordo com o site²⁸ do mesmo junto à Prefeitura. Não se pode afirmar, contudo que experiências em São Paulo sejam decorrentes da experiência no DF, contudo há elementos que apontam para essa compreensão. Mais pesquisas são necessárias para entender esses movimentos no ensino de línguas.

Vislumbra-se um campo amplo para futuras pesquisas que possam comparar tais instituições, semelhanças, divergências, o que não se pretende fazer no âmbito deste artigo. Este trabalho não pretende afirmar se houve ou não reflexos dessa experiência singular de CILs no país, pois somente uma pesquisa específica e mais aprofundada sobre este tema poderia se aproximar de tal afirmativa. Contudo, essa experiência singular de centros de línguas na educação básica dentro do contexto brasileiro e a experiência de parceria da SEEDF com uma associação de cultura franco-brasileira desde 1966 podem ter gerado outras experiências didáticas no Brasil. Um campo amplo para pesquisas encontra-se aberto para que compreenda a repercussão da experiência de CILs do DF pelo país a fora.

Novos movimentos e discussões sobre os CILs: de 1999 até 2012

A partir da periodização proposta por Damasco (2014), temos um terceiro período da história do ensino de línguas no DF: os anos compreendidos entre 1999 até 2012. Novos embates, movimentos e discussões.

Em contexto nacional, o final dos anos 1990 é marcado com o lançamento dos Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental, e em 2000, no contexto local, implanta-se o Currículo das Escolas Públicas do DF, com a participação de docentes de LE de CILs, contribuindo para a reflexão desse currículo para o ensino de inglês, espanhol e francês. Surge também um espaço para que diretores/as de CILs se aproximem entre si, para discutir a implementação desse Currículo de LE em CILs. O ensino público de línguas em CILs condiciona-se a uma legislação oriunda de uma instância central, a SEEDF. A partir de 1999, há questionamentos quanto ao currículo e o livro didático utilizados nos CILs.

Assim, os primeiros anos do novo século são marcados por reuniões entre diretores/as e de coordenadores/as de CILs a fim de elaborar uma nova Orientação Pedagógica para CILs. Esse documento, Orientação Pedagógica para CIL, foi lançado em 2002. Nessa Orientação Pedagógica de 2002 há fundamentação legal, objetivos, metodologia de ensino e de funcionamento das oito instituições escolares do Distrito Federal.

A partir da publicação da Orientação Pedagógica em 2002 para CILs, uma comissão de diretores de CILs foi instituída, oficialmente, para elaboração de um Regimento Específico para CILs, e um calendário escolar diferenciado. Em 2005, por meio de portaria de n. 165, de 08 de junho deste ano, a SEEDF instituiu uma comissão com membros de CILs e da instância central da rede pública para elaboração de um regimento para os CILs. Essa comissão, ao término de seus trabalhos, apresentou à SEEDF um relatório justificando as principais metas do novo regimento, como por exemplo, a garantia do regime semestral em suas dependências. O principal desdobramento desse trabalho em comissão foi o estabelecimento de um calendário oficial específico para tais CILs. Solicitou-se ainda que fossem elaboradas portarias específicas relativas à distribuição de cargas de professores de CILs, a ampliação de atendimento para estudantes da rede pública, sobretudo no que se refere à Lei 11.161 de 5/08/2005 para o ensino de Espanhol, e a criação de outros CILs, como um CIL para a região chamada Asa Norte, em Brasília. Desta maneira, nos anos subsequentes, a partir de 2005, no documento que estabelece a principal política pública de acesso dos estudantes à rede pública, intitulado “Estratégia de Matrícula” tem-se, além do calendário comum às escolas, um calendário específico para CILs. Esse calendário específico diferenciado é mantido até a presente data.

A história contemporânea dos CILs no DF é também marcada pelo processo de elaboração por parte de cada CIL de seus Projetos Político-Pedagógicos que descrevem entre outros temas, as questões de mudanças de sede físicas dessas escolas. O CIL do Gama, em 2003, transfere-se da Escola Normal do Gama para uma antiga

escola de Ensino Fundamental, trazendo a solução para alguns dos problemas da escola, bem como ampliando o espaço da mesma. O CIL do Guará ganha seu espaço definitivo em 2010, após funcionar quatorze anos provisoriamente dividindo espaço com o Centro de Ensino Fundamental - CEF 02. O CIL de Ceilândia adquire sede própria em uma Área Especial da Ceilândia, localizada em frente à administração da cidade. Em 2014, inaugura-se uma nova obra para abrigar o CIL de Taguatinga, inaugurado nesse mesmo ano.

Para além das mudanças físicas iniciadas em 2003, a Subsecretaria Planejamento e de Inspeção de Ensino (SUBIP), órgão central da SEEDF proíbe, em 2004, de modo definitivo, qualquer sorteio de vagas remanescente em CILs para estudantes oriundos da comunidade. Na ocasião, os meios de comunicação se manifestaram recolhendo opiniões contrárias à decisão, porém a SEEDF mantém até os dias de hoje tal prerrogativa: somente estudam nos CILs estudantes provenientes da rede pública de ensino. Contudo, saídas paralelas foram desenvolvidas pelos CILs para ofertar vagas aos estudantes da comunidade em suas escolas: oferta de matrícula em outro idioma para estudantes que já possuíam matrículas, bem como cursos e projetos ofertados pelas Associações de Pais e Mestres em horários distintos aos horários previstos para a rede pública.

Ainda em 2004, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios por meio de suas duas Promotorias de Justiça e Defesa da Educação (Proeduc) (DAMASCO, 2008) se aproximam da realidade dos CILs e expedem recomendações públicas para os CILs, a fim de garantir o direito à recuperação de seus estudantes.

Em 2005, possíveis reflexos das atividades em CIL ocorrem a poucos quilômetros de Brasília, em Goiás, com o surgimento de uma experiência educacional em ensino de línguas. O Centro Municipal de Línguas Novo Gama é proposto pelo Secretário de Educação do município, juntamente com o Diretor Escolar²⁹ da Escola Municipal Pedregal Lano Alves. Contudo, há lacunas quanto às possíveis repercussões dos CILs nos anos 2000 em outros estados do país, sobretudo na região do entorno do DF.

Damasco (2014) apresenta dados coletados com entrevistados que afirmam que em 2008 houve uma reaproximação dos CILs, por meio de reuniões entre os CILs e o governo do DF, à época do governo José Roberto Arruda, propondo uma pauta de debates, cujo foco principal foi a preocupação foram as questões pedagógicas em CILs. Em 2008, publica-se o Plano Decenal 2004-2013 e o Plano Plurianual 2008-2011 da SEEDF, explicitando que o ensino fundamental teria prioridade no ensino de línguas e na aquisição de língua estrangeira (DAMASCO, p. 85).

Ao observarmos os PPP dos CILs no DF, constatamos

que há uma lacuna referente ao tema financiamento e recursos para essas escolas. De todas os PPP de CILs, esse tema foi abordado em PPP do CIL de Brazlândia, em 2009. Esse CIL passou a receber recurso financeiro do Programa de Descentralização e Administração Financeira - PDAF, para o custeio de despesas e aquisição de bens de consumo e de bens permanentes. Outros acontecimentos marcam a história recente dos CILs e têm impacto de certa maneira nas políticas públicas de ensino de LE no DF. Em 2009, ocorre o lançamento do programa *Um Gol de Educação*, e a elaboração de um currículo próprio de LE para o Ensino Médio em CIL, chamado currículo específico para LE.

Em 2010, há a mudança no critério de acesso aos CILs, a partir do que se intitulou “distribuição das escolas”, pois os CILs tiveram autorização para funcionar sem que tivessem obrigatoriamente escolas tributárias atreladas aos mesmos. O acesso aos CILs passa, então, a ser aberto a todos estudantes da rede pública, por meio do Telematrícula, telefone 156/.

Para alguns docentes de CILs, a tributabilidade era considerada uma desvantagem. Primeiramente, porque asseguravam vagas para escolas específicas em detrimento de vagas para estudantes da rede como um todo. Em segundo lugar, porque ao longo dos anos, atribuiu-se ao sistema de tributabilidade a causa de evasão escolar em CIL, de alto índice de repetência, de insatisfação dos/as estudantes que não queriam estar ali, inclusive, motivo de insatisfação dos/as docentes³⁰. Dessa maneira, ainda em 2010, após reuniões entre representantes de CILs e setores da administração central da SEEDF, define-se que não haveria mais escolas tributárias de CIL, ou seja, encerra-se a obrigatoriedade do sistema de tributabilidade em CILs. Na prática, isso significou para os CILs a possibilidade de autonomia na organização administrativa e de gestão em suas dependências. Entretanto, o primeiro CIL de Brasília, para além da oferta de vagas à rede pública em geral, manteve duas escolas tributárias.

O sistema de tributabilidade, ao conectar duas, três ou mais escolas a um CIL preconiza uma concertação prévia entre as partes: organização de turnos dos/as estudantes; grade horária, questões de calendário escolar, conselho de classe, dependência, entre outros. Eis a singularidade e inovação dessa rede de escolas. O CIL de Brasília continuou com duas escolas tributárias, tendo em vista que tais escolas passaram a ofertar o ensino integral: da “tributabilidade compulsória” surge um processo de “integralidade voluntária” de escolas, sendo o mesmo assegurado em seus Projetos Político-Pedagógicos.

Outra discussão surge em 2010, a respeito dos idiomas ofertados em CIL. A implantação de novos idiomas é uma densa discussão, que envolve questões legais e

especificidades dos Projetos Político-Pedagógicos de cada CIL. O CIL de Brasília, por exemplo, a partir de 2010, fez uma parceria com uma associação de cultura e língua alemã para oferta desse idioma em CIL. Outros CILs lançam cursos de língua japonesa. A oferta na educação básica da rede pública do DF de outros idiomas esbarra na formação de docentes nessas habilitações. Contudo, outro movimento que se observa no Distrito Federal em relação ao ensino de línguas, proveniente da Universidade de Brasília, que em 2009 cria o bacharelado em Linguística Aplicada, como uma ação do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, lançado pelo Governo Federal, cujo objetivo foi o de expandir as vagas para estudantes de graduação no sistema federal de ensino superior.

Constatamos que a oferta de três idiomas em CIL, inglês, espanhol e francês está, sobretudo, condicionada ao quadro de docentes, efetivos/as e temporários/as e não somente à demanda de idiomas pela comunidade local. No caso, por exemplo, do CIL de Brazlândia, segundo o PPP deste CIL de 2010-2011, foi somente a contratação dos professores/as temporários/as, a partir de 2008 que viabilizou a maior oferta de vagas em LE. Em 2010, o CIL de Brazlândia ofereceu à comunidade também a língua francesa. De acordo com relato apresentado neste PPP, essa conquista retrata o interesse da comunidade escolar, bem como os esforços da equipe gestora em garantir a ampliação e qualificação deste CIL. Contudo Damasco (2014) afirma que constatou durante a pesquisa de campo, em 2012, que não havia a oferta de língua francesa por carência de docente. A língua francesa foi ofertada aos estudantes no ano letivo de 2014, por interesse de uma docente de francês em transferir-se para esse CIL, ampliando sua carga horária de 20h para 40h. Outra dificuldade do CIL de Brazlândia é o turno noturno. Poucos docentes se dispõem a se deslocar para Brazlândia por um contrato noturno de 20h. Assim, as carências de professores, de acordo com as tentativas de se abrir vagas no turno noturno, não têm sido supridas por falta de profissionais para lecionar neste turno em Brazlândia.

Em 2011, houve uma reestruturação administrativa na SEEDF, tendo sido criada, em 13 de dezembro de 2011, uma Gerência para Escolas de Natureza Especial, que abrigou um núcleo para CILs: o Núcleo para Centros de Línguas – NCIL. No início de sua atuação, observou-se um impacto positivo na criação deste núcleo. Em 2012, o Projeto Político-Pedagógico da SEEDF – Professor Carlos Mota (PPP Carlos Mota), trazia uma compreensão de que as Escolas de Natureza Especial são um “elemento fundamental para a construção de um modelo educacional que rompa com imobilismo, proporcione o combate à desigualdade social

e construa novos espaços e tempos de aprendizagem [...]” (p. 98). O plano de ação desse PPP Carlos Mota, previa que a Gerência de Escolas de Natureza Especial, ao qual o NCIL estava subordinado, ampliasse “a oferta de cursos de LEM” entre 2012 e 2014 (p. 138). O NCIL marcou o retorno de uma Coordenação a nível central, não por idiomas, mas com o “intuito de construir uma unidade pedagógica para todos os Centros de Línguas”, de acordo com declaração de uma Subsecretária da SEEDF à época³¹.

Em 2012, a Resolução n. 01/2012, do Conselho de Educação do DF, nos artigos 13 e 14, ratificou que o ensino de línguas “pode ser oferecido pela própria instituição educacional ou por meio de parcerias com instituições especializadas em consonância com sua proposta pedagógica” (p. 5).

Ainda no ano de 2012, a minuta das Novas Diretrizes Institucionais dos CIL é divulgada. Nesse texto preliminar³², o CIL é definido como uma escola que representa “uma política de ensino de línguas diferenciada no país”, na medida em que permite “o resgate de uma forma de ensinar que abarca aspectos negligenciados por uma visão parcial ou reduzida do que significa ensinar e aprender idiomas” (s/ numeração de página). Nele há uma proposta de estrutura de um currículo pleno e de cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, cuja base é a Lei 12.513/2011. O curso intitulado Específico, para estudantes de Ensino Médio, continuou alvo de discussão, sobretudo quanto ao currículo e ao término do curso em três anos, sem a opção de aprofundamento em nível Avançado em CIL.

Para reconstruir a história mais recente de CILs, sobretudo, entre os anos 2013 e 2014, será importante ultrapassar os muros dessas escolas para analisar as parcerias que os CILs: a) consolidaram, com a Embaixada dos Estados Unidos desde 2002, na edição anual do programa de intercâmbio Jovens Embaixadores e seu impacto; b) estabeleceram com a CAPES – MEC para formação contínua de docentes, por meio de viagem de imersão de cursos no exterior, sobretudo nos Estados Unidos, sobretudo, a partir de 2010; c) lançaram com o governo federal na organização da Copa do Mundo de 2014, promovendo o projeto Gol de Educação, entre 2010 e 2014, o qual teceu uma rede de voluntários/as em idiomas para atuar em grandes eventos realizados em Brasília; d) e, finalmente, a parceria que os CILs inauguraram com a Assessoria Internacional do GDF, com o programa de imersão em línguas em 2013, para estudantes de inglês.

O modelo de política pública nacional de mobilidade juvenil irradia-se no Distrito Federal. Programas de governo, delineados para se tornar políticas de Estado são acessíveis ao/à jovem estudante universitário/a da segunda década do século XXI, cuja mobilidade no

exterior³³ pode ser alcançada até mesmo sem o conhecimento exigido do idioma. No DF, com o programa Brasília Sem Fronteiras, em 2013 e 2014, para o estudante de CIL, há o reconhecimento que a internacionalização é importante para o desenvolvimento educacional, inclusive para o/a estudante da Educação Básica. Pesquisas futuras podem ser feitas para verificar o impacto desses programas na formação do/a jovem e também do/a docente em LE.

Em 2014, o Currículo em Movimento da SEEDF traz para as escolas uma proposta de superação prescritiva, linear e hierarquizada de currículo, propondo eliminar a fragmentação e descontextualização dos conteúdos culturais e das atividades didático-pedagógicas e acadêmicas. Sacristán (2000) destaca que é necessário se apresentar aos estudantes as novas propostas frente às anteriores. Cada CIL tem a sua história e o seu PPP, que, segundo Lima (2013), como uma expressão do nível local, reflete e interroga “valores e orientações políticas de mais vasto alcance e circulação na sociedade” (p. 37). Entretanto, ter acesso aos PPP de cada um dos oito CILs não é tarefa fácil na atualidade e constata-se que esse tema carece de pesquisas aprofundadas.

Vale destacar que a pluralidade de idiomas a ser oferecido aos estudantes favorece o “reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes” (DIRETRIZES, 2012, art. 5, inciso VII). Dentro desse contexto, Ferreira (2009) aponta que os docentes em línguas precisam da troca de experiência, de modo a refletir sobre “a questão étnico-racial [...] para que considerem a diversidade de alunos que se encontram em sala de aula” (p. 110)³⁴. Porto (2016) investiga *in loco* a inserção de temas como gênero e raça em aulas de línguas estrangeiras, chegando à conclusão que tais temas são fundamentais para o debate com jovens da contemporaneidade. Comunicar com o outro “que pode ser diferente de mim, mas do qual eu quero me aproximar. Ensinar uma língua, é permitir a aquisição de um novo sistema de valores, de referências culturais e de comportamentos sociais” (PIETRA-RÓIA, 2004, p. 75).

Pesquisar a história recente dos CILs: Tecendo algumas conclusões

Damasco (2014) debruçou-se sobre os três primeiros períodos na história do ensino público de línguas no DF: o primeiro período, de 1959 a 1973; o segundo de 1974 a 1998 e o terceiro período de 1999 aos dias atuais. Reconstruir a história do ensino de línguas do DF traz os movimentos na história dos CILs do DF, tendo em vista que os CILs foram criados dentro de um

modelo de atuação e que na atualidade encontram-se em outro modelo de oferta de acesso e de estruturação curricular, sobretudo com a implantação dos Cursos de Formação Complementar - CFC. Os Projetos Políticos-Pedagógicos de cada CIL, não apenas as Orientações Pedagógicas comuns a eles, podem exemplificar os embates e movimentos que têm ocorrido na organização dessas escolas, que mesmo estando em rede, têm percursos e características diversas. Em Damasco (2014) há relatos e excertos de quatro entrevistas narrativas de docentes de CILs e grupos de discussão com jovens estudantes e jovens docentes de CILs, bem como com docentes pioneiras do primeiro CIL no DF, exemplificando os sentidos e significados do ensino e aprendizagem de línguas no DF.

Entendemos que o ensino de LE é uma concreta expansão das oportunidades escolares aos jovens, mesmo em um quadro de crise social e escolar. É uma possibilidade para se efetivar plenamente o direito à educação desse jovem, em busca também de seu pleno direito à cultura e qualidade escolar. A compreensão de que o estudo de língua estrangeira é um direito do jovem extrapola a questão da inclusão escolar na medida em que os Centros Interescolares de Línguas do DF têm projetos para estudantes com deficiência em seus estabelecimentos. Pesquisas aprofundadas começam a surgir sobre essa questão.

Os CILs são escolas de qualidade³⁵ e aqueles que têm a oportunidade de estar em um CIL podem ampliar sua rede de comunicação, interação, descoberta do outro e de si mesmo, alargando suas visões de mundo, seus projetos de futuro, construídos no seu momento presente, para além do que afirma Thierry (1983), “falar é representar e comunicar”³⁶ (p. 18). Representar, no sentido de estabelecer uma relação e comunicar, no sentido de transmitir. Aproximamos das palavras de Anísio Teixeira, no Prefácio da obra de Chagas (1979), sobre o ensino de línguas no Brasil: “linguagem é comunicação” (p. 19), e que adquirir uma língua é possuir capacidade de pensar, pois a educação é um processo de “sistematizar, enriquecer e refinar a nossa capacidade de pensar” (CHAGAS, 1979, p. 19).

Novos capítulos de uma história recente do ensino de línguas no DF precisam ser contados, sobretudo, sobre os CILs recém-inaugurados a partir de 2014. Um campo amplo para pesquisa de docentes em LE. Uma experiência singular no Distrito Federal a partir de instituições que recebem jovens estudantes e jovens docentes. Espaços em que jovens têm experiências didáticas para além do ensino de idiomas, podendo ter momentos para pensar em suas trajetórias profissionais, ampliar sua escolarização e refletir sobre seus projetos de vida. ■

Notas

- ¹ Pesquisa financiada pela CAPES, Programa Doutorado Sanduiche no Exterior, em 2013.
- ² No que se refere às políticas públicas de ensino de línguas, desde 1966 há uma cooperação técnica entre a SEEDF e uma escola livre de francês, que não será objeto desse artigo. Sobre esse tema, ver Damasco (2010).
- ³ Sobre esse tema, ver a discussão sobre a identificação do profissional docente de línguas estrangeiras: Professor ou Instrutor de línguas em <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/professora_ou_instrutora.pdf>.
- ⁴ Tradução nossa.
- ⁵ De acordo com Spósito (2009), do total de 1.427 trabalhos produzidos entre 1999/2006, nas áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social sobre juventude, houve 12 trabalhos cuja interseção foi “juventude e no/do estrangeiro”, totalizando 0,84% do total (p. 25).
- ⁶ A pesquisadora atuou de 1986 até 2016 como professora de francês, sendo de 1989-2015, na rede pública de ensino, tendo sido gestora do Centro Interescolar de Línguas de Brasília. Não obstante a experiência docente, a pesquisadora foi também estudante de línguas na década de 1970, de inglês e de francês no mesmo Centro Interescolar de Línguas de Brasília em que foi docente de francês até o ano de 2015. Como testemunha ocular dos movimentos e tensões do ensino de línguas no DF, sentiu-se desafiada a refletir sobre a mesma em pesquisa doutoral, sob orientação da Profa Wivian Weller, propondo uma primeira periodização dessa história de ensino de línguas no DF, bem como os sentidos e significados desse estudo e ensino para os jovens do DF.
- ⁷ Orientadora Profa Dra. Wivian Weller.
- ⁸ Como por exemplo, a Fundação de associações de professores e de Linguística Aplicada - APEERJ (1981); APLIESP (1986); Associação Internacional TESOL e da filiada Braz/Tesol (1986); Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB).
- ⁹ Tradução nossa.
- ¹⁰ Sobre esse tema ver também a pesquisa intitulada “Educação Básica Pública no Distrito Federal – 1956/1964: Origens de um Projeto Inovador” e coordenada pela Profa Dra. Eva Wairos sobre a história da educação no DF (PEREIRA et al.; 2011).
- ¹¹ Para maiores informações, ver Damasco (2010; 2014).
- ¹² Conforme Decreto no 33.409, de 12 de dezembro de 2011, Diário Oficial do DF, ano XLIII, n. 237, de 13 de dezembro de 2011, página 08.
- ¹³ Sigla oriunda do termo: Promoção Educativa do Menor.
- ¹⁴ Observa-se uma lacuna de pesquisas comparativas entre os quantitativos de estudantes de língua francesa em CIL e na escola conveniada de francês a SEEDF ao longo dos anos, bem como comparações e análises dos quantitativos de estudantes por CILs, por idiomas, níveis de estudo e de seus projetos político-pedagógicos no intuito de avaliar as políticas linguísticas no DF.
- ¹⁵ No ensino regular se aceita até mais de 40 estudantes por turma. Nos Centros Interescolares de Línguas do DF até 25 estudantes, na escola de francês conveniada à SEEDF até 16 estudantes.
- ¹⁶ No contexto nacional, durante as décadas de 70 e 80 foram criados quarenta e dois programas de mestrado acadêmicos e de doutorado em universidades brasileiras de Linguística Aplicada.
- ¹⁷ A sigla C.A.N não existe mais na rede pública do DF, existindo CEM Asa Norte – CEAN (SGAS 606 Norte) e CEM Paulo Freire (SGAS 610 Norte).
- ¹⁸ Localizado no Plano Piloto, Asa Norte, 604/605 Norte.
- ¹⁹ Em 1977 o Príncipe Charles inaugurou a nova sede da Cultura Inglesa em Brasília.
- ²⁰ O objeto deste estudo não abarca os movimentos das associações de ensino privadas, entretanto, para conhecer em maior profundidade a história do primeiro centro binacional de inglês do DF, consultar Ferreira (2013), sobretudo, nas páginas 62 e 63, com a listagem dos diretores desta instituição, a partir de 1974 e sua relação com a embaixada americana no país.
- ²¹ De acordo com <<http://www.educacaointegral.df.gov.br>>. Acesso em 17/07/2012 às 18h37.

- ²² Com a criação do CIL 02, o CIL de Brasília passou a ser chamado de CIL 01, nomenclatura que não estava prevista em documentos deste CIL, porém o nome CIL 01 permanece até os dias de hoje em documentos da SEEDF.
- ²³ Carneiro Leão (1955) afirma que os/as estudantes que frequentavam os “clubes” de conversação avançam mais rapidamente na aprendizagem de línguas (p. 316).
- ²⁴ Com o uso de uma metáfora geográfica, a partir da ideia dos rios que têm seu curso direcionado para outros rios e mares, certas escolas seguiam obrigatoriamente para o CIL, ofertando um percurso natural aos seus/suas estudantes.
- ²⁵ Tais centros foram criados oficialmente no ano de 1986. O ensino plurilíngue e gratuito nas escolas públicas atende a alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da Educação Profissional e da Educação de Jovens e Adultos, professores, funcionários da rede estadual, bem como a comunidade. O CELEM está presente em mais de 500 estabelecimentos de ensino da rede estadual. Ofertam as línguas de alemão, francês, espanhol, inglês, italiano, japonês, mandarim, polonês e ucraniano. Seus/suas docentes pertencem à rede estadual e sua prática pedagógica está pautada nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica para Língua Estrangeira Moderna do Estado do Paraná e recebem formação continuada, bem como material de apoio para uso nos cursos.
- ²⁶ Em 10 de agosto de 1987, por meio do Decreto nº 27.270, foram criados os Centros de Estudos de Línguas, na Rede Estadual de Ensino, de acordo com < <http://cenp.edunet.sp.gov.br/CEL/Default.asp>>. Acesso em 03 de julho de 2012, às 15:07.
- ²⁷ Foi uma medida para introdução da Língua Espanhola. Em novembro de 1987, por meio da Resolução SE n. 271/87 as atividades dos CELs foram regularizadas, autorizando o ensino de língua espanhola durante esse primeiro ano de funcionamento. Em junho de 1988, uma pesquisa efetuada pelas Coordenadorias de Ensino da Secretaria de Estado da Educação nas escolas da Rede Estadual permitiu que se avaliasse o enorme interesse dos alunos pelo estudo de várias línguas estrangeiras, resultando no redimensionamento da instalação dos Centros de Línguas. Em 1988, por meio da Resolução SE n. 193/88 houve uma mudança na redação da Resolução anterior, passando agora a considerar o ensino do espanhol como preferencial, não exclusivo. Assim, outros idiomas foram ofertados aos estudantes.
- ²⁸ Disponível em <<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Anonimo/CEU/apresentacao.aspx?MenuID=159&MenuIDAberto=135>>.
- ²⁹ A Prefeita Sônia Chaves de F. Nascimento, lançou o projeto de Lei n. 027, de 06 de dezembro de 2005. Tal projeto foi aprovado e se criou a Escola de Línguas do município do Novo Gama. Suas atividades se iniciaram em abril de 2005 na Escola Municipal Rachel de Queiroz.
- ³⁰ De acordo com dados do PPP do CIL de Ceilândia 2010.
- ³¹ De acordo com <<http://www.se.df.gov.br>>. Acesso em 14/02/2012. Nesta ocasião, a SEEDF em seu sítio eletrônico, informa que os “Centros de Línguas passarão por reconstrução pedagógica” e relata que “380 professores de CIL participaram de um Encontro dos Centros Interescolares de Línguas /2012”.
- ³² Este texto preliminar foi divulgado amplamente em redes sociais pelo NCIL e blogs. Disponível em <<http://cilnovasdiretrizes.blogspot.com.br/2012/10/segue-abaixo-o-documento>>. Acesso em 24/04/2014 às 19:55.
- ³³ Por meio do programa Inglês sem Fronteiras, o governo federal pretende beneficiar 500 mil estudantes da educação superior aptos a participar do programa Ciência sem Fronteiras até 2014. Este programa abrangerá todos os níveis de proficiência, do mais básico ao mais avançado. Disponível em <<http://m.g1.globo.com/educacao/noticia/2012/12/mec-lanca-programa-de-ensino-de-ingles-para-atender-500-mil-alunos.html>>
- ³⁴ Ferreira (2009) relata em seu artigo a percepção de trinta professores de línguas que participaram de um curso de formação de professores e diversidade étnico-racial.
- ³⁵ Esse artigo não visa propor o embate entre o estudo de LE em CIL ou em escola regular, na medida em que se acredita que o jovem pode aprender LE em todos os ambientes escolares, a partir da construção objetivos comuns aos agentes desta aprendizagem.
- ³⁶ Tradução nossa.

Referências bibliográficas

- CHAGAS, Valnir. **Didática especial de línguas modernas**. 3. ed. Prefácio de Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- CHIANCA, Rosalina Maria Sales. **L'interculturel**: Découverte de soi-même et de l'autre. João Pessoa: Ideia, 2007.
- ClAVATTA, Maria. Arquivos da Memória do Trabalho e da Educação: Centros de Memória e Formação Integrada para não apagar o futuro. In: ClAVATTA, Maria; REIS, Ronaldo Rosas (Org.). **A pesquisa histórica em trabalho e educação**. Brasília: Liber Livro, 2010.
- CORACINI, Maria José. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade**: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. 2. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.
- DAHLET, Patrick. Se former en langues, un projet d'être. In: CUNHA, José Carlos Chaves (Org.). **Synérgies Brésil**. n. 6, p. 11-32, année 2004.
- DAMASCO, Denise Gisele de Britto. **Direito à educação**: a atuação das Promotorias de Justiça e de Defesa do Ministério Público e Territórios, entre 2001 e 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). -- Universidade de Brasília: Faculdade de Educação, 2008.
- _____. **Existe-t-il des politiques publiques conçues pour l'enseignement de Français Langue Etrangère au District Fédéral?** Synergies Brésil, n. Spécial 01, p. 77-84, 2010. Disponível em <<http://ressources-cla.univ-comte.fr/gerflint/BresilSPECIAL1/bresilSP1.html>> Acesso em: 10 fev. 2017.
- _____. **Contando uma história**: o ensino público de línguas estrangeiras a partir das interpretações de jovens e de docentes do Distrito Federal. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Político - Pedagógico Professor Carlos Mota**. [2011]. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/sobre-a-secretaria/ppp.html>> Acesso em: 15 jan. 2014.
- _____. **Currículo em movimento da Educação Básica**: pressupostos teóricos. 2014. Disponível em : <<http://www.se.df.gov.br/materiais-pedagogicos/curriculoemmovimento.html>>. Acesso em: 20 jul. de 2014.
- _____. **Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal – Ensino Fundamental 5a a 8a séries**. 2000. Disponível em: <<http://www.ucb.br/sites/000/21/Legislacao/9dffund.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2014.
- FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n.5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino Médio Integrado**: concepções e contradições. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 21-56.
- LEÃO, A. C. O.. **Ensino das Línguas Vivas**: seu valor, sua orientação científica. São Paulo: CIA Editora Nacional, 1935.
- PEREIRA, Eva. Wairos et al. (Org.) **Nas Asas de Brasília**: memórias de uma utopia Educativa. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.
- PIETRARÓIA, Cristina Casadei. Enseigner/apprendre une langue étrangère: où est la frontière. In: CUNHA, José Carlos Chaves (Org.). **Synérgies Brésil**. n. 6, p. 73-81, année 2004.
- PÔRTO, Walesca Afonso Alves. Letramento crítico na sala de aula de francês: foco em identidades sociais de gênero e raça/etnia. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- SPOSITO, Marília Pontes. **O Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999/2006). Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- THIERRY, Yves. **Sens et langage**. Bruxelles: Éditions OUSIA, 1983.